



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

1



## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 100/2025, QUE DISPÕE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 - LDO/2026, EM CONFORMIDADE COM O REQUERIMENTO Nº 450/2025.

Às dezenove horas e dez minutos do dia quatro do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Piracicaba, instalada em prédio próprio na Rua Alferes José Caetano, 834, foi realizada a **Audiência Pública** para discussão e avaliação do **Projeto de Lei nº 100/2025**, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 - **LDO/2026**, conforme Requerimento nº 450/2025, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. A cerimonialista, Carolina Curto Antonelli Oriani, conduziu a abertura dos trabalhos, informando que a audiência pública teve transmissão ao vivo pela TV Câmara Piracicaba na frequência **11.3 UHF da TV Digital aberta, canal 4 da Net/Claro, canal 9 da Vivo/Fibra**, sendo transmitida pelos perfis da Câmara no *Facebook*, no *Youtube* e na página oficial [camarapiracicaba.sp.gov.br](http://camarapiracicaba.sp.gov.br). Informou que o áudio e as imagens desta audiência poderão ser utilizados para divulgação dos trabalhos institucionais da Câmara, conforme a política de proteção de dados disponível no site oficial. Os trabalhos desta noite também estão sendo registrados em Ata eletrônica, solicitando, portanto, que todas as falas e manifestações sejam realizadas através dos microfones. A mesa dos trabalhos foi ocupada pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador José Everaldo Borges; pelo Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer; pelo Procurador Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun; pela Secretária Municipal de Finanças, Sra. Karla Lovato Pelizzaro; pelo Chefe da Divisão de Análises de Dados Econômicos da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Yuri Katoo; pelo Economista da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Lucas Gonçalves Godoi; e pelo Economista da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Cleiton Masqueto. Registraram presença, como autoridades do Poder Executivo: o Diretor Administrativo e Financeiro do SEMAE, Sr. Emerson Navarro, representando o Presidente do SEMAE, Sr. Ronald Pereira da Silva; o Presidente do IPASP, Sr. Antônio Carlos Schiavon; a Chefe de Orçamento e Contabilidade do FUMEP, Sra. Alexandra Frassetto Ferreira, representando o Diretor Executivo da FUMEP, Sr. Luis Chorilli Neto; o Gerente da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Carlos Augusto Sciloto; e o Assessor da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Pedro Bressan. Registraram presença, como membros do Poder Legislativo, os vereadores Fábio Silva, Felipe Gema, Raimunda Ferreira de Almeida e Thiago Augusto Ribeiro. Justificaram ausência, agradecendo o convite: o Dirigente Regional de Ensino, Sr. Calos Eduardo Alves Guimarães Fontana; a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Sra. Thais Fornicola; o Secretário Executivo de Transportes Internos e Presidente da CDL, Sr. Reinaldo Pousa; o Presidente do SIMESPI, Sr. Erick Gomes; Representantes da ACIPI; o vereador Edson Bertaia; o vereador desta Casa Legislativa e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, André Gustavo Bandeira; e a vereadora Silvia Maria Morales. A cerimonialista agradeceu a presença do Sr. José Augusti, Presidente do MDB de Piracicaba; do Sr. José Osmir Bertazzoni, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e região. Após, expôs a dinâmica da audiência, dispondo sobre os tempos de fala para as Autoridades que compõe a Mesa Diretiva, para a exposição da equipe da Secretaria Municipal de Finanças, para participação popular, para os vereadores e secretários municipais presentes. Ato contínuo, passou a palavra para o Presidente da Comissão de Finanças, vereador Josef Borges (19h16min). Este, de início, fez uma saudação aos presentes, anunciou os temas e destacou a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2025/2026. Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura original acesse <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e informe o código do documento - R2JZ-FN63-ZZ26-60E4



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

2

importância desta audiência pública que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias – a LDO, que é um planejamento de curto prazo que estabelece as prioridades e metas do orçamento geral do Município, dando as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – a LOA. Destacou que é de suma importância a participação da população, dos vereadores, com questionamentos e manifestações, perpassando por uma breve explanação sobre a fiscalização orçamentária realizada pelo Tribunal de Contas e pela Câmara Municipal e o acompanhamento pela sociedade civil. Dando sequência, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer (19h21min), cumprimentou e agradeceu a presença das autoridades e vereadores presentes, ressaltando a importância da realização desta audiência pública. Ato contínuo, em suas considerações iniciais, fez uso da palavra o Procurador Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (19h24min), que cumprimentou os presentes, destacou a importância desta audiência pública e da participação popular, já que a LDO é o início de tudo. Na sequência, a Secretária Municipal de Finanças, Sra. Karla Lovato Pelizzaro (19h27min), agradeceu a oportunidade de expor sobre a lei orçamentária, cumprimentando os presentes e agradecendo a equipe da Secretaria Municipal de Finanças. Após uma breve saudação aos presentes, o Chefe da Divisão de Análises de Dados Econômicos da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Yuri Katoo, seguido pelo Economista da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Lucas Gonçalves Godoi, deram início à apresentação do **Projeto de Lei nº 100/2025, que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 – LDO/2026**. Sobre as proposições debatidas nesta audiência pública, os servidores da Secretaria Municipal de Finanças (19h30min) fizeram a exposição das informações com os slides a seguir reproduzidos:





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

3



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2025/2026. Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://siscam.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e informe o código do documento - R2JZ-FN63-2Z26-60E4

PREFEITURA  
**PIRACICABA**  
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

## PL 100/2025 (LDO 2026)

- Fundamento Legal
- Introdução a LDO
- Compatibilidade com o PPA
- Parâmetros Econômicos
- Receitas e Despesas
- Considerações Finais

2

PREFEITURA  
**PIRACICABA**  
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

## Fundamento Legal

**Constituição Federal**  
“**Art. 165** – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: II – as diretrizes orçamentárias”

**Lei de Responsabilidade Fiscal**  
“**Art. 48** (...)”  
Parágrafo Único – A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.”

**Lei Orgânica do Município**  
“**Art. 147** - Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e os Créditos Adicionais serão apreciados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (...)”

3





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

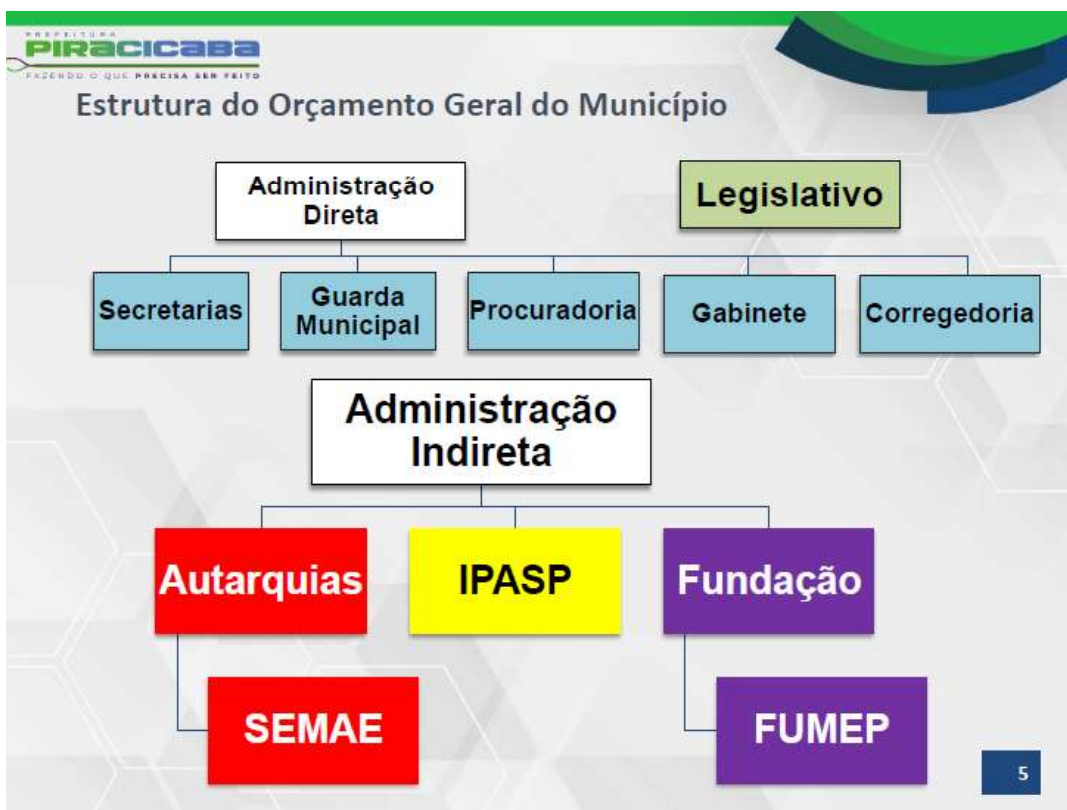
4



**Introdução a LDO**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é um planejamento de curto prazo que estabelece as prioridades e metas do Orçamento Geral do Município para o exercício seguinte e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

4



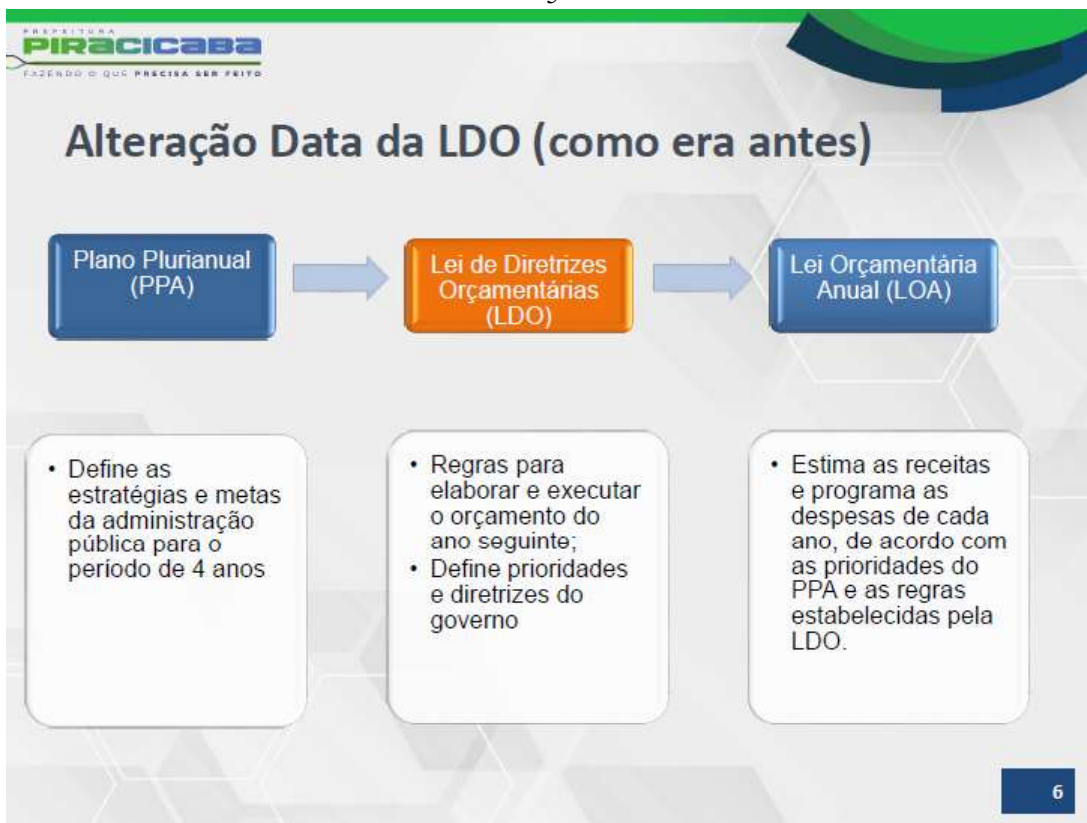


# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

5





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

6

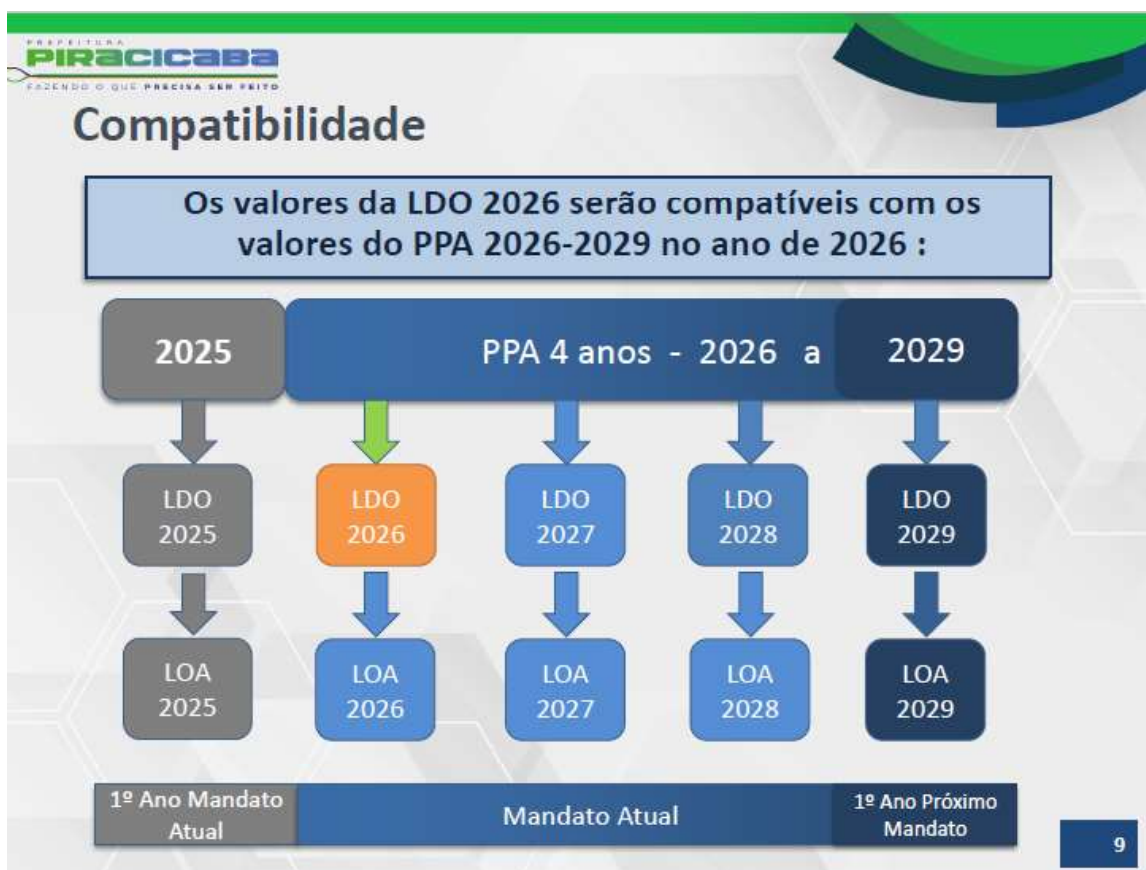


DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2025/2026. Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e informe o código do documento - R2JZ-FN63-2Z26-60E4

**Integração LDO 2026 e PPA 2026-2029**

- **LDO como Base Inicial para o PPA**
  - Define metas e prioridades que orientarão o PPA 2026-2029
- **Antecipação de Diretrizes**
  - A LDO antecipa temas estratégicos e programas que devem constar no PPA.
  - Serve como filtro técnico e político preliminar
- **Alinhamento entre Instrumentos**
  - As **ações e metas da LDO** alimentam os programas do PPA.
  - Garante **coerência** entre planejamento de curto e médio prazo.
- **Vantagens do Processo**
  - Facilita a **organização institucional** para o PPA.
  - Promove um PPA **mais realista e alinhado à capacidade fiscal**.

8







# Parâmetros e Índices Econômicos



## Parâmetros

Valores do primeiro trimestre de 2025 como base  
de cálculo

Inflação (IPCA)

Crescimento do PIB

Variação da Taxa SELIC

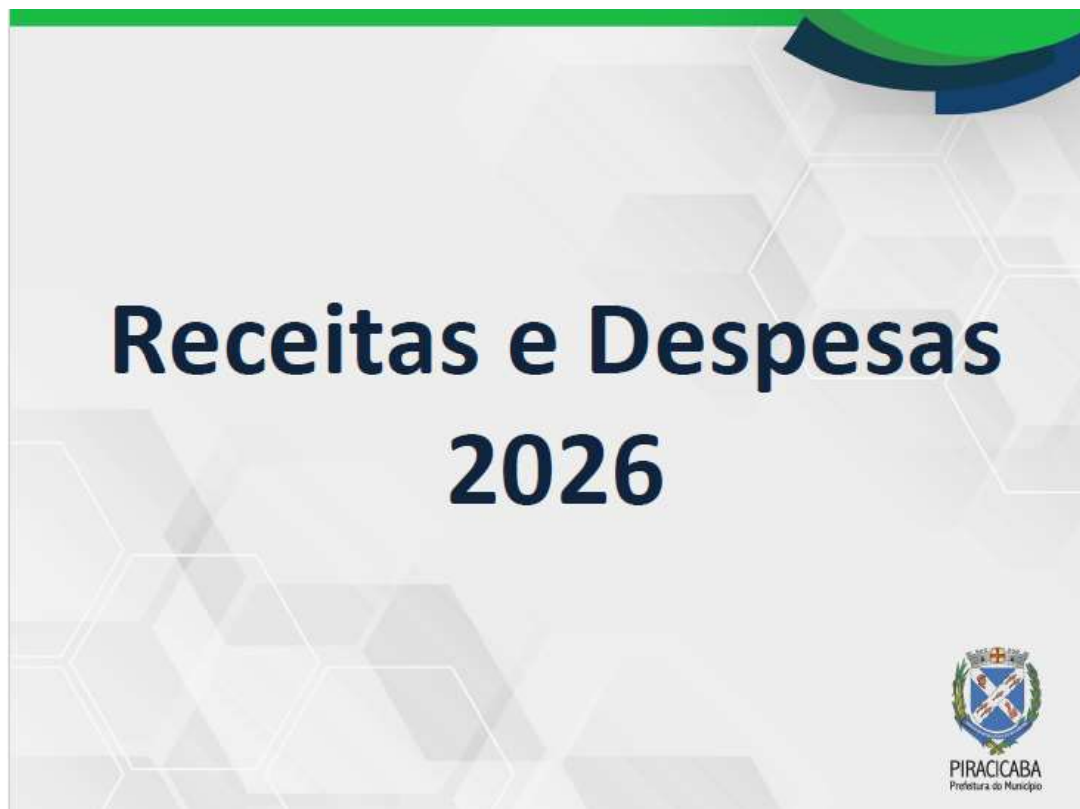


# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

8







# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

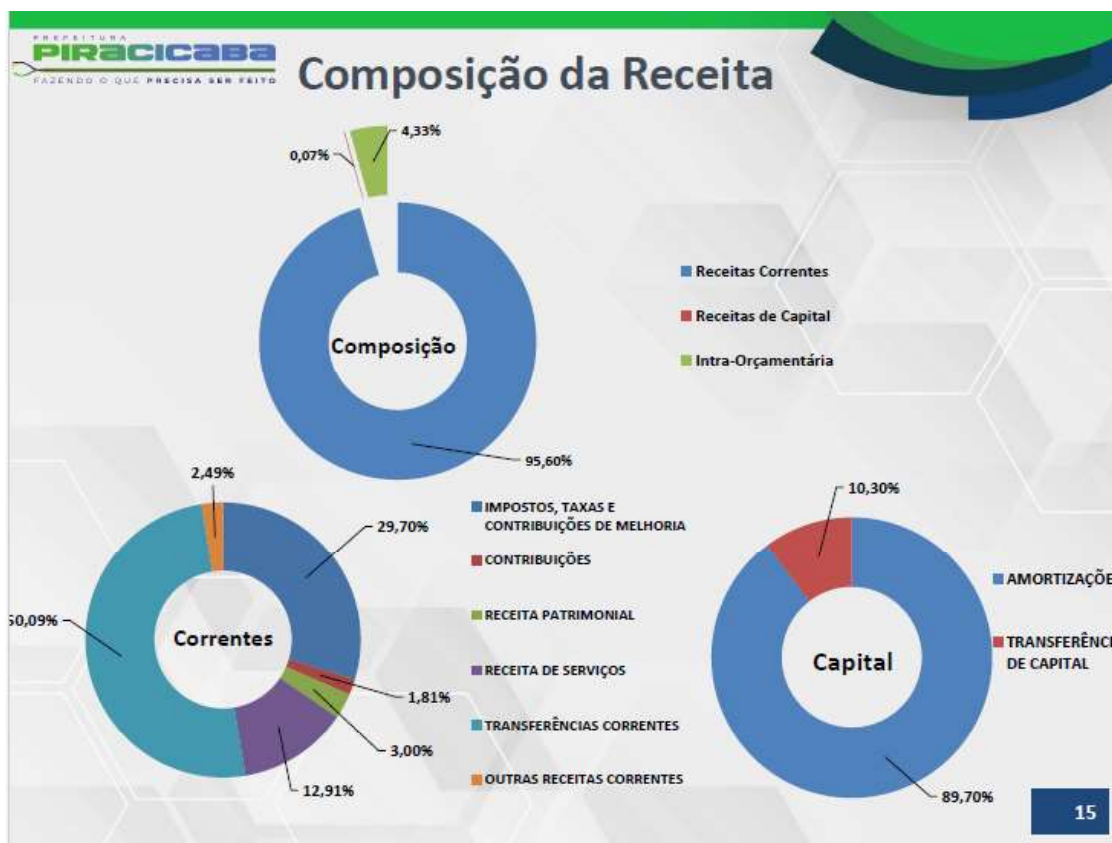
Departamento Legislativo

9



Receita e Despesa por Categoria	
Receitas	LDO 2026
Rec. Primária (Exceto Fonte RPPS)	3.126.232.000,00
Rec. Primária Corrente	3.125.970.000,00
Rec. Primária de Capital	262.000,00
Rec. Primária (Com Fonte RPPS)	3.175.175.000,00
<b>Total – Receitas</b>	<b>3.422.652.000,00</b>
Despesas	LDO 2026
Desp. Primária (Exceto Fonte RPPS)	2.943.864.000,00
Desp. Primária Corrente	2.685.297.000,00
Desp. Primária de Capital	213.017.000,00
Pagamento de Restos a Pagar de Desp. Primária	115.624.000,00
Desp. Primária (Com Fonte RPPS)	3.245.592.000,00
<b>Total - Despesas</b>	<b>3.422.652.000,00</b>
<b>Resultado Primário (Sem RPPS)</b>	<b>227.918.000,00</b>
<b>Resultado Primário (Com RPPS)</b>	<b>-70.417.000,00</b>

14



15



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

10



**PREFEITURA PIRACICABA**  
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

### Comparação Receita 2025 x 2026

ESPECIFICAÇÃO	LOA 2025	LDO 2026	VAR. (%)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	982.549.000,00	971.724.000,00	-1,10%
CONTRIBUIÇÕES	30.270.000,00	59.293.000,00	95,88%
RECEITA PATRIMONIAL	66.546.000,00	98.050.000,00	47,34%
RECEITA DE SERVIÇOS	391.913.000,00	422.396.000,00	7,78%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.538.719.000,00	1.639.034.000,00	6,52%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.715.000,00	81.502.000,00	18,61%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.078.712.000,00</b>	<b>3.271.999.000,00</b>	<b>6,28%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	180.934.000,00	0,00	-100,00%
ALIENAÇÃO DE BENS	18.000,00	0,00	-100,00%
AMORTIZAÇÕES	1.920.000,00	2.282.000,00	18,85%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	333.000,00	262.000,00	21,32%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>183.205.000,00</b>	<b>2.544.000,00</b>	<b>-98,61%</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.540.000,00	70.741.000,00	16,85%
SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIOS	39.354.000,00	77.368.000,00	96,60%
<b>TOTAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>99.894.000,00</b>	<b>148.109.000,00</b>	<b>48,27%</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>3.361.811.000,00</b>	<b>3.422.652.000,00</b>	<b>1,81%</b>

16

**PREFEITURA PIRACICABA**  
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

### Principais Receitas da Prefeitura

Principais Receitas Prefeitura	LDO 2025 (A)	LDO 2026 (B)	Var. % (B / A) -1
ICMS	606.284.000,00	621.520.000,00	2,51%
ISSQN	424.394.000,00	430.677.000,00	1,48%
Fundeb	295.696.000,00	302.870.000,00	2,43%
IPTU	196.368.000,00	203.687.000,00	3,73%
IPVA	148.476.000,00	155.519.000,00	4,74%
FPM	129.054.000,00	128.002.000,00	-0,82%
IRRF	136.488.000,00	102.551.000,00	-24,86%
Taxas	101.562.000,00	99.884.000,00	-1,65%
ITBI	82.290.000,00	93.737.000,00	13,91%
Outras Receitas	610.868.000,00	621.018.000,00	1,66%
<b>Total - Prefeitura</b>	<b>2.731.480.000,00</b>	<b>2.759.465.000,00</b>	<b>1,02%</b>

17





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

11



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2025/2026. Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e informe o código do documento - R2JZ-FN63-ZZ26-60E4

PRINCIPAIS RECEITAS DA PREFEITURA		
Principais Receitas Prefeitura	LDO 2026	
	R\$	%
ICMS	621.520.000,00	22,52%
ISSQN	430.677.000,00	15,61%
Fundeb	302.870.000,00	10,98%
IPTU	203.687.000,00	7,38%
IPVA	155.519.000,00	5,64%
FPM	128.002.000,00	4,64%
IRRF	102.551.000,00	3,72%
Taxas	99.884.000,00	3,62%
ITBI	93.737.000,00	3,40%
Outras Receitas	621.018.000,00	22,51%
<b>Total - Prefeitura</b>	<b>2.759.465.000,00</b>	<b>100,00%</b>

18

RISCOS E PROVIDÊNCIAS			
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	8.442.000,00	Contingenciamento de despesas	8.442.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.442.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.442.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	62.000.000,00	Reserva de contingência	62.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	250.000,00	Contingenciamento de despesas	34.122.000,00
Discrepância de Projeções	33.872.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>96.122.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>96.122.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>104.564.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>104.564.000,00</b>

19





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

12



**Estimativas de Renúncias de Receitas**

Receita Renunciada	Exercício 2026		Exercício 2027		Exercício 2028
	LDO 2025	LDO 2026	LDO 2025	LDO 2026	LDO 2026
IPTU	22.320.000,00	22.126.000,00	22.320.000,00	22.683.000,00	23.425.000,00
ITBI	988.000,00	1.663.000,00	988.000,00	1.737.000,00	1.806.000,00
ISSQN	16.811.000,00	29.094.000,00	16.811.000,00	25.454.000,00	25.041.000,00
Taxas	1.257.000,00	1.577.000,00	1.257.000,00	1.643.000,00	1.706.000,00
Outros	95.000,00	93.000,00	95.000,00	97.000,00	101.000,00
<b>Total</b>	<b>41.471.000,00</b>	<b>54.553.000,00</b>	<b>41.471.000,00</b>	<b>51.614.000,00</b>	<b>52.079.000,00</b>

Os valores de ISSQN foram recalibrados com o objetivo de refletir o potencial de investimento associado aos três novos distritos anunciados.

**Piracicaba anuncia três novos distritos industriais com 22 lotes para doação a empresas**

Terrenos serão destinados a negócios com maior valor de investimento, potencial receita e geração de empregos, segundo a prefeitura.

Por g1 Piracicaba e Região  
17/04/2025 15h44 - Atualizado há 6 dias

Todas as renúncias de receita já estão sendo descontadas do orçamento final

20

**Considerações Finais**

A LDO 2026 apresenta as estimativas para o orçamento, com parâmetros de 07/03/2025 projetados para 2026. Neste PL o Poder Executivo guiou-se, na elaboração desta peça orçamentária, pelos princípios e prioridades destacados em seu artigo 6º e 7º. Todos os ajustes necessários serão propostos com a entrega do PPA 2026-2029 e da LOA 2026, assegurando a compatibilização com as metas físicas e financeiras e em consonância com um cenário fiscal projetado mais definido sobre as variações de receita e despesa.

**Cenário de aceleração da inflação**      **Leve desaceleração do crescimento nas previsões do PIB para 2026**

Valores previstos para 2026	Elaboração LOA 2025 (09/08/24)	Elaboração LDO 2026 (07/03/25)	Cenário atual (25/04/25)	=
<b>Inflação (IPCA)</b>	3,60%	4,40%	4,51%	↑
<b>Crescimento do PIB</b>	2,00%	1,70%	1,70%	↓

Fonte: Sistemas de Expectativas de Mercado (Banco Central do Brasil)

21

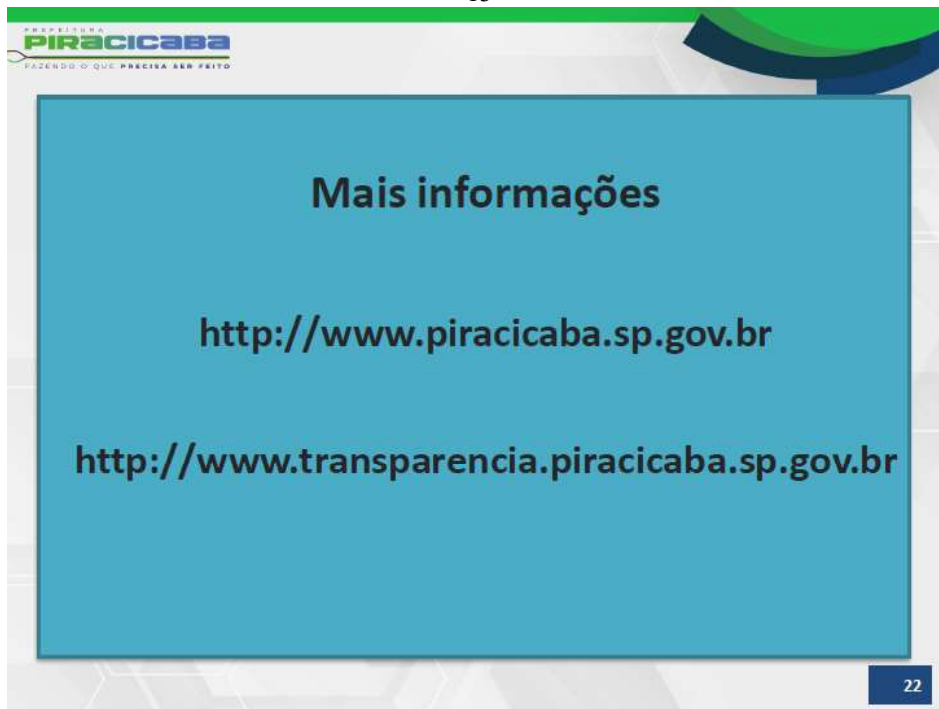


# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

13



Após a explanação pela equipe da Secretaria de Finanças (19h51min), realizada pelos Senhores Yuri Katoo e Lucas Gonçalves Godoi, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (19h51min), agradeceu a apresentação realizada e questionou se a Secretária Municipal de Finanças gostaria de fazer alguma complementação. Pela Sra. Karla Lovato Pelizzaro (19h51min) foi dito que o resultado se dá conforme a gestão e que os empréstimos tomados aumentarão as despesas do Município no próximo exercício devido às taxas de juros elevadas. Na sequência dos trabalhos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra para os vereadores presentes, concedendo o tempo de fala de 3 (três) minutos para cada. Com a palavra, o vereador Felipe Gema (19h52min) saudou os presentes, destacou a importância do orçamento participativo e questionou se há como e se vale a pena amortizar antecipadamente os empréstimos tomados, ao invés de prolongar o pagamento. Antes de responder, o Chefe da Divisão de Análises de Dados Econômicos da Secretaria Municipal de Finanças (19h 55min) apresentou um slide sobre o cronograma das leis orçamentárias de outros Municípios a fim de justificar a adequação da apresentação da LDO vir antes da apresentação do PPA no cronograma orçamentário do Município de Piracicaba. Após, o vereador Josef Borges (19h55min) complementou o questionamento, indagando se haveria como não usar o valor do empréstimo tomado evitando-se assim assumir uma dívida ainda maior, sendo respondido pela Secretária Municipal de Finanças. A Sra. Karla Lovato Pelizzaro (19h56min) respondeu afirmando que a atual gestão não está fazendo uso do recurso aprovado e está verificando sobre a liquidação, porém ainda assim são devidos juros porque a dívida foi contraída e havia um período de carência. Reperguntas pelo vereador Josef Borges, questionando se a Secretária de Finanças tem a informação do valor utilizado, pelo que a Sra. Karla Lovato Pelizzaro respondeu que está faltando R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) do FINISA para finalizar o contrato de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões), totalizando uma dívida fundada de R\$ 282.000.000,00 (duzentos e oitenta e dois milhões). Ato contínuo, fez uso da palavra o vereador Fábio Silva (19h57min), que indagou sobre os novos distritos e a renúncia de receitas, se teria como ter uma estimativa do quanto isso representa para o Município. Resposta pelo Economista da





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

14

Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Lucas Gonçalves Godoi (19h59min), que esclareceu sobre o índice de participação dos Municípios no ICMS arrecadado pelo Estado, sobre a situação específica da participação do Município de Piracicaba e sobre o tempo estimado para que o Município tenha um retorno financeiro. Com a palavra, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, o vereador Rafael Pereira Boer (20h01min) questionou sobre a baixa de aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento) na arrecadação do IRRF, devido à isenção do governo federal no imposto de renda, se isso fará aumentar o ICMS e se há como provisionar isso ou não, sendo respondido pelo Sr. Lucas Gonçalves Godoi (20h01min), que esclareceu que esse impacto já está previsto, mas que acaba sendo diluído e esse impacto fica muito concentrado na arrecadação do IRRF. Na sequência, o vereador Thiago Augusto Ribeiro (20h03min) destacou a importância da realização da audiência para a transparência da saúde financeira do Município, da fiscalização realizada pelos vereadores e acompanhamento pela sociedade, para melhor conhecimento das dívidas que vieram da gestão anterior, colocando a Casa Legislativa à disposição. Após, a vereadora Raimunda Ferreira de Almeida (20h05min) saudou os presentes e fez alguns questionamentos, quais sejam: em quanto tempo a dívida apontada de R\$ 282.000.000,00 (duzentos e oitenta e dois milhões) será amortizada; qual o percentual do orçamento que não está destinado à folha de pagamento; quanto cada Secretaria custa na folha de pagamento com gastos de pessoal; quanto cada Secretaria arrecada com taxas de poder de polícia para custear o pessoal; considerando os códigos contábeis que registram a movimentação patrimonial não possuem as especificidades de individualizar todas as operações, a exemplo do registro contábil para a isenção do IPTU ter o mesmo código que o de remissão, o quanto essa imprecisão dos códigos contábeis impacta na projeção orçamentária se os dados não são específicos, como se pode propor correção dessas distorções; com a implantação da COSIP, qual é a previsão de arrecadação; e este valor que estava destinado anteriormente para essa finalidade em outros exercícios, para quais finalidades serão destinados; se há um desenho de projetos para onde será destinado este recurso vindo da COSIP; e quais são os valores das renúncias de receitas para as indústrias e quando e quanto elas darão de retorno para o Município. Pela Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h11min) foi dito que a amortização da dívida está prevista para 96 (noventa e seis) meses, de modo que não termina nessa gestão; a taxa da COSIP será usada na manutenção da iluminação pública e em novos investimentos, para colocar novas luzes em praças e avenidas. A Secretária Municipal de Finanças esclareceu que algumas perguntas feitas pela vereadora não poderão ser respondidas especificamente nesta audiência de discussão da LDO, a exemplo do questionamento sobre o quanto essa renúncia de receita às novas indústrias vai impactar depois na devolutiva para o Município, o que demandaria estudos mais aprofundados. Esclareceu, ainda, que a COSIP vai ajudar no custeio, mas não terá um impacto tão grande se não houver uma gestão de todo o contexto da Prefeitura, porque há dívidas bem altas, haja vista o alto custo de manutenção da Prefeitura: folha, terceirizados, empréstimos, precatórios, e os repasses feitos para o IPASP, que tem uma dívida de R\$ 3.000.000,00 (três milhões). Destacou que todo ano a Prefeitura cobre em média R\$ 200.000,00 (duzentos milhões) e que até 2037 há previsão de uma crescente que pode chegar a até R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) por ano de repasse. Karla Lovato Pelizzaro afirmou que precisaria estancar essas dívidas porque o IPASP hoje não tem saldo suficiente para pagar a aposentadoria do pessoal então a Prefeitura está bancando essa diferença, mencionando que são muitas vertentes, mas que na presente audiência a discussão é sobre a LDO, sobre as diretrizes. O plano de metas mesmo virá com o PPA, quando se terá uma maior apuração de todas as receitas e despesas orçamentárias do Município. A LDO foi elaborada com apenas 120 (cento e vinte) dias de







# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

15

gestão, então a mudança de data para a elaboração do PPA foi importante para ser elaborado com mais consciência. Solicitou à vereadora que elabore um Requerimento constando as questões não respondidas, pois, assim que possível, serão fornecidas todas as respostas. Repergunta pela vereadora Rai de Almeida (20h14min), que indagou se o valor arrecadado com a COSIP também será destinado para folha de pagamento dos servidores. Pela Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h14min) foi respondido que não, que a COSIP é só para manutenção e que a taxa de poder de polícia é irrisória perto da folha de pagamento. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (20h15min), fez um apontamento, afirmando ter verificado que para 2026 serão arrecadados 24 (vinte e quatro) milhões com a COSIP, que irá para um fundo exclusivo que só pode ser utilizado com a iluminação, questionando, em seguida, se o valor que a Prefeitura paga hoje, de 18 (dezoito) milhões, se ele voltará para o orçamento geral, podendo ir para saúde e educação. A Secretária Municipal de Educação (20h15min) respondeu que esse valor está nos impostos e é calculado independentemente da COSIP, de modo que a COSIP não entra no cálculo de contribuição da saúde e da educação. O vereador Josef Borges reformulou a pergunta feita anteriormente, esclarecendo que hoje a Prefeitura paga 18 (dezoito) milhões para manutenção do parque de iluminação, e esse dinheiro sai do orçamento e que em 2026, a partir de janeiro, esse valor vai sair do fundo exclusivo. Questionou se esse valor de 18 (dezoito) milhões dispendido hoje irá para o orçamento. A Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h16min) esclareceu que hoje o dinheiro sai do bolo da arrecadação, mas que não importará numa maior arrecadação porque se a balança financeira não está propícia, inclusive com a reforma tributária. Respondeu que a aplicação vai continuar na mesma, o que vai sobrar é o orçamentário, que será dirigido para outras despesas, que pode ser de investimento, pode continuar no capital, mas ela não é direcionada. Fez uso da palavra o vereador Felipe Gema (20h17min), afirmando que a COSIP pode custear a parte da segurança pública, que é o monitoramento, instalação de câmeras, o que poderá ser cobrado futuramente do Poder Executivo, de modo que não é só a contribuição, tem a contrapartida que é a segurança pública. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (20h17min) passou à **FASE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**, abrindo a palavra ao público presente e remoto. Com a palavra, o Sr. José Osmir Bertazzoni (20h17min), Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e região, que, após cumprimentar as autoridades e os servidores presentes na audiência, esclareceu que está tentando entender o processo discutido na presente audiência. Afirmou que, em que pese ter ocorrido essa alteração, haverá participação, estudos e busca pelo entendimento de todo o processo, convidando os funcionários da Secretaria e a própria Secretária para esclarecer o processo de como será distribuída essa receita do Município e em relação inclusive aos servidores públicos. O Sr. José Osmir Bertazzoni afirmou que o Município tem um serviço público qualificado, mas que precisa ser melhorado. Porém, sem investimento, isso não vai acontecer. O Diretor do Sindicato destacou sobre o problema consistente no processo transversal de terceirização, algumas inclusive ilícitas, que é o caso dos Consórcios que estão atacando contribuições importantes, como a do imposto de renda retido na fonte dos servidores e que atraem esses servidores para serem sócios. O Sr. José Osmir Bertazzoni destacou que esse problema vai ter impacto no futuro, na previdência social. Após, afirmou que o IPASP não é deficitário, esclarecendo que o IPASP não recebeu durante muitos anos a contribuição que o Município deveria ter feito, que é a parte patronal, mencionando que essas são situações que têm que ser debatidas e discutidas, pois, a despeito de ser benéfico para alguns, isso traz um prejuízo muito grande para a Administração Pública, talvez não nesse momento, mas no futuro. Bertazzoni passou sobre as ações trabalhistas, que representam um passivo





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

16

enorme e são um grande problema, questionando a forma de contratação dos profissionais de saúde, que agora são sócios dessas empresas que prestam serviços para a Prefeitura. Novamente, destacou que isso é um prejuízo muito grande em um futuro breve para a previdência e para o serviço público de modo geral, o que gerará muitas demandas trabalhistas, conforme jurisprudência de todos os Tribunais do país. O Diretor do Sindicato destacou que protocolou na Procuradoria Jurídica um procedimento sobre uma situação que, salvo melhor juízo, está sendo conduzida de forma equivocada, ainda não encaminhada à Câmara. Na sequência, fez uso da palavra a Secretária Municipal de Finanças, Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h22min), que esclareceu que nesta audiência está sendo discutida a lei de diretrizes que tem como prioridade alcançar as metas fiscais. Quanto à contratação de consórcio, a Secretária Municipal de Finanças afirmou que a contratação é legítima e amparada por lei, destacando que o consórcio também é fiscalizado. A Prefeitura contrata um serviço da Cismetro, de pessoas credenciadas, isso amparada por lei. A Secretária Municipal de Finanças ressaltou que não há que se falar em renúncia receita porque a Prefeitura contrata um serviço que será realizado por um terceiro. Em complementação à fala da Sra. Karla Lovato Pelizzaro, fez uso da palavra o Procurador Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (20h23min), que agradeceu as informações prestadas pelo Dr. Osmir José Bertazzoni, informando que foi recebido o protocolo da denúncia, da qual será feita uma leitura atenta, e deliberado por providências no sentido de encaminhamentos aos setores competentes para uma análise mais profunda. Destacou que a data deste contrato remonta ao ano de 2024 e que ele é, *a priori*, legal, por ser um consórcio, porém o que chamou a atenção e o que será averiguado é a forma como o consórcio está contratando, e que se estiverem ocorrendo irregularidades por parte deste consórcio as sanções serão devidamente aplicadas por todos os Órgãos competentes. Novamente com a palavra, o Sr. José Osmir Bertazzoni (20h24min) ressaltou que a responsabilidade passiva do Município é o grande problema, pois grande parte das demandas trabalhistas são oriundas de processos de terceirização. Esclareceu que não se está chamando a responsabilidade da atual gestão em relação a esse problema, mas sim chamando a atenção porque esse déficit trabalhista e previdenciário pode trazer um transtorno futuro, o que implicará, logicamente, no orçamento. Dando sequência à participação popular, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra para a Sra. Terezinha Rocha Campos (20h25min). Esta, de início, cumprimentou a todos e parabenizou a participação da população e dos funcionários. Após, destacou o compromisso firmado pelo senhor prefeito Helinho Zanatta, no seu plano de governo, de que iria valorizar o servidor, indagando o número da ação que está prevista no orçamento para o vale alimentação dos servidores, quantos serão beneficiados e qual o valor previsto por servidor. A seguir, invocando o artigo 165 da Constituição Federal, no qual consta que na LDO deve constar as metas e as prioridades, indagou onde aparecem essas ações descritas, se há um quadro de ações e porque não foi apresentado esse quadro de ações. A munícipe trouxe a questão do salário dos professores, expondo que em 2009 o professor entrava na rede recebendo 47% (quarenta e sete por cento) acima do piso, mas que hoje, em 2025, os professores entram recebendo 12% (doze por cento) a menos, ressaltando que esse déficit de professores justifica o pagamento de dobras e horas extras. A Secretária Municipal de Finanças (20h27min) mencionou que nesta audiência não se está discutindo a LOA ainda e nem o plano de governo do prefeito, mas tão somente as diretrizes e metas. A despeito de ter iniciado pela LDO, haverá a compatibilização desta lei com as demais leis orçamentárias, porém a LDO não traz o plano de governo do prefeito, esse vai ser trazido no PPA e posteriormente na LOA, onde constarão as especificações das ações. A Sra. Karla Lovato Pelizzaro esclareceu que as metas fiscais tratam da consolidação das receitas





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



17

e despesas através desses mecanismos econômicos para que se tenha uma noção de qual é a perda ou qual é o ganho do Município. Reperguntas pela Sra. Terezinha Rocha Campos (20h26min), que indagou se para aparecer depois no PPA, ela não tem que estar colocada na LDO e na LOA. A Secretária Municipal de Finanças (20h27min) respondeu negativamente, esclarecendo que, como agora a LDO está vindo antes do PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias terá que ser compatibilizada com o plano de governo. Karla Lovato Pelizzaro mencionou que o plano está sendo discutido, verificando-se o que a população almeja, se está de acordo com as expectativas da população e do prefeito e que também se está fazendo o PPA participativo. A Sra. Terezinha Rocha Campos (20h27min) questionou se o vale alimentação estará previsto no PPA e na LOA, se terá o número de funcionários e os valores por funcionário. Pela Secretária Municipal de Finanças foi respondido que na verdade não, pois isso vem de uma forma específica, como nas ações com despesa com o pessoal, obrigações, variáveis. A Sra. Terezinha Rocha Campos indagou se terá um valor por funcionário ou rateio com o valor que tiver. A Secretária de Finanças esclareceu que não haverá um rateio no valor que tiver. Com a aprovação, haverá uma breve noção do que vai ser. A Secretária Municipal de Finanças destacou que é anseio do prefeito valorizar o funcionário público, mas que com apenas 120 (cento e vinte) a 150 (cento e cinquenta) dias de gestão, fica muito difícil falar em valores, em prazo, até porque o orçamento está realmente abarrotado de despesas. Fez uso da palavra o Procurador Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (20h31min). Em suas considerações, destacou que estão pautados na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município. A seguir, esclareceu que 25% (vinte e cinco por cento) do que foi falado nesta audiência é educação, 15% (quinze por cento) é saúde, o que totaliza 40% (quarenta por cento). Marcelo Magro Maroun estimou que atualmente a folha de pagamento está em torno de 35% (trinta e cinco por cento) a 38% (trinta e oito por cento), totalizando cerca de 75% (setenta e cinco por cento) a 80% (oitenta por cento), restando 20% (vinte por cento) para contemplar toda uma situação de outras benfeitorias, outras situações de equipamentos públicos para a cidade. O Procurador Geral do Município esclareceu que o prefeito está tomando algumas medidas a fim de acertar as finanças, o caixa, para que se possa fazer algo de concreto não só para os servidores, mas para todos os munícipes, tal como melhorar a saúde, o social, o esporte, melhorar, enfim, todos os segmentos, incluindo os servidores, com um plano de carreira para cada categoria, um plano de cargos e salários para toda a categoria. Marcelo Magro Maroun ressaltou que, para isso, se o prefeito não fizer os ajustes necessários, nunca haverá condições de falar em melhorias. Versou sobre a questão da prestação de serviços, que não entra nesses 20% (vinte por cento), que são os terceirizados. Maroun destacou que os terceirizados são necessários em alguns momentos, a exemplo dos médicos, pois muitas vezes, a despeito de haver concurso, não é sequer preenchido o número de vagas ofertadas. Essas situações estão dentro da discricionariedade e da legalidade da administração, que tem que ter criatividade para fazer as coisas acontecerem sob pena de engessar não só o orçamento, mas toda a iniciativa, toda a execução. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (20h35min) complementou afirmando acreditar que a união dos servidores junto à representação do sindicato tem que acontecer, que isso é importante na medida em que o sindicato irá discutir com o Executivo essa questão, agradecendo a participação da munícipe. Na sequência dos trabalhos e ainda na fase da participação popular, o vereador Josef Borges passou a palavra para a Sra. Sabrina Rodrigues. Esta (20h36min), de início, se apresentou como jornalista da Prefeitura e servidora pública. Colocou que dentro dos investimentos para a saúde e para a educação está a valorização do servidor público, porque é este que executa a política pública na





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

18

educação, na saúde, no esporte, no transporte. Feita essa consideração, passou a fazer duas perguntas. A primeira delas, retomando as perguntas feitas pelos vereadores Rai de Almeida e Josef Borges relativas à COSIP, afirmando acreditar que o entendimento da mesa foi diferente do que eles quiseram perguntar. Segundo afirmou, os vereadores queriam saber para onde vai a rubrica do dinheiro que está, atualmente, destinado para a iluminação pública dentro do orçamento. A seguir, a Sra. Sabrina Rodrigues indagou quanto a LDO de 2026 projeta de inflação para a compensação de perdas inflacionárias sobre a folha de 2026 e se há a previsão de aumento real para os servidores na LDO. Emendou uma última pergunta, qual seja, se há a previsão de contratação de funcionário público, não de terceirizado, para que a política pública seja efetivada. Respostas pela Secretária Municipal de Finanças (20h38min), que esclareceu que o valor arrecadado com a COSIP não irá especificamente para a saúde e educação, mas sim para toda parte de gestão, porque 15% (quinze por cento) das transferências e de impostos já são aplicação. Pela Sra. Karla Lovato Pelizzaro foi dito que o valor entrará no bolo de arrecadação, mas é a gestão aonde vai ser gasto esse dinheiro a posterior, conforme a arrecadação. Repergunta pela Sra. Sabrina Rodrigues, que indagou sobre o que se entende por gestão. A Secretária Municipal de Finanças esclareceu que a gestão engloba a aplicação que tem que ser feita em água, melhorias no sistema de saúde, que, a despeito de ter uma previsão de aplicação mínima de 15% (quinze por cento), pode ter um acréscimo. Karla Lovato Pelizzaro destacou que hoje o Município aplica 18% (dezoito por cento) na saúde e que nunca fica nos 25% (vinte e cinco por cento) na educação, mas que o Fundeb não é suficiente sequer para pagar a folha dos funcionários. A Secretária de Finanças explicou que esse dinheiro será utilizado dentro da melhor expectativa de gasto dentro do Município, a favor do município. O vereador Fábio da Silva (20h40min) fez um aparte para questionar se esse dinheiro irá para um caixa único que vai ser usado na saúde, na educação, na água e etc., sendo respondido positivamente pela Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h40min). Esta explicou que o recurso será aplicado dentro do município, em favor dos municípios, com pavimentação, infraestrutura, mobilidade. Explicou que não é um recurso direcionado, mas uma arrecadação total. Explicou que as diretrizes têm previsão de custeio, mas que será feita na dinâmica do PPA a divisão das prioridades e na LOA o valor dividido por pessoal, material de consumo. A Secretária de Finanças destacou que o prefeito quer a valorização. Repergunta pela jornalista Sabrina, que trouxe um ponto ao indagar sobre a previsão de contratação de servidores públicos, e não de terceirizados, destacando a importância de profissionais efetivos para a execução das políticas públicas em áreas como saúde, educação, assistência, transporte, segurança e lazer. Ela questionou se haveria previsão orçamentária para concursos públicos, reforçando que essa decisão representa uma escolha política. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças respondeu que há concursos em andamento, mas que não se pode garantir novas contratações, visto que isso depende de análises sobre as reais necessidades da administração e da avaliação da eficiência da máquina pública. A Secretária de Finanças reconheceu que a audiência da LDO não é o momento adequado para decidir sobre novas admissões. Em seguida, a Sra. Sabrina Rodrigues reforçou que seu ponto não era criticar a legalidade da terceirização, mas sim compreender se há uma escolha política do governo pela valorização do funcionalismo público de carreira ou pela manutenção e ampliação da terceirização e parcerias. O Procurador-Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (20h43min), respondeu pontuando que a administração deve agir conforme os princípios constitucionais e que, se houver vantagem ao Município dentro da legalidade, essa será a recomendação jurídica. Reafirmou que concursos devem ocorrer conforme a necessidade e que a terceirização, quando feita dentro da lei, também traz benefícios econômicos e sociais. E a





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

19

questão da prestação de serviço, da terceirização, ela não é uma situação ilegal, ela é prevista. Sra. Sabrina Rodrigues (20h46min) afirmou saber que a terceirização não é ilegal, tendo questionado apenas se havia a previsão de contratação de funcionários públicos e não de funcionários terceirizados, se existe uma vontade política ou não. Na sequência dos trabalhos, fez uso da palavra o Sr. Walter José da Silva (20h47min), servidor do SEMAE, que abordou a questão da regularização de loteamentos e comunidades irregulares, questionando como a LDO trata a recuperação de receitas nesses casos. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (20h48min) informou que o Executivo já enviou dois projetos de regularização fundiária visando ampliar a arrecadação e infraestrutura nos locais. Em complementação à resposta, o Procurador-Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (20h49min) destacou o elogio de órgãos ambientais à condução da política de regularização e reafirmou o compromisso do prefeito em direcionar contrapartidas de novos empreendimentos para ações em áreas irregulares, levando água, luz e todo o saneamento para essas comunidades mais carentes. Na sequência dos trabalhos, o vereador Thiago Augusto Ribeiro (20h51min) pediu questão de ordem e apresentou uma pergunta, em nome de um contribuinte, sobre o fim da isenção fiscal da empresa Hyundai e quando essa empresa passará a contribuir efetivamente com o município. A Secretária Municipal de Finanças (20h52min) esclareceu que essa informação específica não constava nos materiais preparados para a audiência, mas que poderia ser feito um Requerimento para obter resposta formal. Em seguida, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges, passou a palavra para a Sra. Cristina Tacla, representando o UBS Centro. Fazendo uso da palavra, a Sra. Cristina (20h52min) colocou que a saúde causa despesas, mas também traz receitas, indagando se nos 18% (dezoito por cento) da saúde estão considerados os repasses “fundo a fundo”. Resposta pela Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h53min), que informou que esses repasses não estão incluídos, pois os 18% (dezoito por cento) mencionados referem-se a recursos próprios do município, oriundos de impostos e transferências diretas. Na sequência dos trabalhos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra para os representantes das instituições e autarquias presentes, começando pelo Sr. Antônio Carlos Schiavon, Presidente do IPASP. O Sr. Carlos (20h53min) cumprimentou os presentes e fez um pronunciamento sobre o histórico da dívida previdenciária do Município. Segundo ele, o plano de amortização iniciado em 2008 previa pagamentos mensais que não foram ampliados ou revistos por gestões anteriores, o que gerou um passivo crescente. Reforçou que essa dívida diz respeito à vida e ao sustento de servidores que dedicaram décadas ao serviço público e apelou por medidas efetivas. Em seguida, pronunciou-se o Diretor Administrativo e Financeiro do SEMAE, Sr. Emerson Navarro (20h57min), que cumprimentou os presentes, agradeceu pela participação e parabenizou a equipe da Secretaria de Finanças pela apresentação feita na audiência. Após, fez uso da palavra a Sra. Salvina Nunes (20h58min), presidente de Associação de moradores do Jardim Tatuapé, abordou a questão do orçamento participativo e a possibilidade de inclusão das demandas regionais no PPA e LOA de 2026, questionando se o cronograma apertado permitiria essa inclusão ou se as demandas seriam atendidas apenas no ano de 2027. Resposta pela Secretária Municipal de Finanças (20h59min), que explicou que, apesar do atraso causado pela reestruturação da Secretaria, o objetivo é sim incluir as propostas no ciclo orçamentário de 2026. Informou que haverá plenárias e um congresso até o início de julho, permitindo a inserção das prioridades dentro do planejamento orçamentário, reforçando a importância da participação popular nesse processo. Ato contínuo, fez uso da palavra a Chefe de Orçamento e Contabilidade do FUMEP, Sra. Alexandra Frassetto Ferreira (21h02min), agradecendo pela oportunidade de participação e reforçando o





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

20

compromisso de colaborar com a gestão municipal. Em seguida a vereadora Rai de Almeida (21h02min) solicitou o uso da palavra, chamando atenção para a fala anterior da Sra. Karla Lovato Pelizzaro sobre uma possível denúncia sobre a eficiência dos servidores municipais. A Secretária Municipal de Finanças (21h02min) retificou a resposta anterior, dizendo que seu pronunciamento foi no sentido de apontar que nem sempre há necessidade de novas contratações, e que há avaliações de desempenho sendo realizadas regularmente nas secretarias. Na sequência, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (21h04min), consultou as autoridades presentes se elas gostariam de fazer as suas **considerações finais**. O Procurador-Geral do Município (21h04min) destacou a importância das audiências públicas para aproximar os poderes e a sociedade, ressaltando que ouvir diferentes pontos de vista é essencial para o amadurecimento democrático. A Secretária Municipal de Finanças (21h05min) reforçou que a construção da LDO é um exercício de transparência e planejamento coletivo, agradecendo a participação de todos. O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Boer (21h07min) parabenizou o trabalho da comissão, da Secretaria de Finanças, do Procurador-Geral do Município, e da equipe técnica, destacando o empenho dos servidores da Casa e a contribuição da população presente. No **encerramento dos trabalhos**, o Presidente da Mesa (21h09min) saudou a presença do subinspetor João, representante da Guarda Civil, e informou sobre o cronograma definido pela Mesa Diretora da Câmara Municipal para a discussão e votação da LDO 2026: os vereadores poderão propor emendas ao projeto da LDO, que voltará a ser discutida em nova audiência pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Após isso, o projeto será encaminhado para votação em Plenário. A Câmara Municipal vai disponibilizar, no prazo legal, a ata de todos os demais documentos referentes a essa audiência pública para consulta da população, bem como vistas aos órgãos públicos e remessas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando solicitados. Não havendo mais matérias a serem discutidas, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declarou encerrada a audiência pública às vinte e uma horas e dez minutos, agradecendo a presença de todos. O formato desta ata segue o previsto pela Resolução 105 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, arts 367 c.c 460 do Código de Processo Civil - CPC e art 405 do Código de Processo Penal - CPP, a fim de emprestar destacado relevo à fidedignidade das explanações colhidas por meio audiovisual e também a prestigiar os princípios constitucionais da celeridade, da economicidade e da eficiência. A ata da presente audiência está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://legisvideos.camarapiracicaba.sp.gov.br/video/1546>. Eu, Daniela Deleuze de Lima Balloni, Agente Legislativo, redigi a presente Ata que será lida, revisada e assinada pelos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, se conforme estiver.

**José Everaldo Borges**

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

**Rafael Pereira Boer**

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento







# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo



### Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Piracicaba. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://piracicaba.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=R2JZFN632Z2660E4>, ou vá até o site <https://piracicaba.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: R2JZ-FN63-2Z26-60E4**



**Daniela Deleuze de Lima Balloni**

Agente Legislativo

Assinado em 18/06/2025, às 11:34:33

**José Everaldo Borges**

Vereador

Assinado em 18/06/2025, às 11:40:39

**Rafael Pereira Boer**

Vereador

Assinado em 18/06/2025, às 12:21:02